



Reunião da Câmara Temática de Mitigação do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais.

Memória da Reunião: 20 de outubro de 2014.

Tema: Plano de Controle de Poluição Veicular.

Memória de reunião

Foi realizada reunião da Câmara Temática de Mitigação do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, com o tema: Plano de Controle de Poluição Veicular (PCPV) no dia 20 de outubro de 2014, às 14 h no auditório da SEMA, com a presença dos seguintes membros: Rosana Maria Bara Castella - Secretária Executiva do Fórum, Dirlene Cavalcanti e Silva – IAP, Mauricy Kawano – FIEP, Ramon Gomes – STCP consultoria, Luiz L. Daemme – LACTEC, - Rosana Scaramella – SEIL, Renato Colowacki – SMMA, Guilherme Squivel – SMMA, Raquele Souza – COPEL, Wilson Bill – FIEP, Luiz Marcos Feitosa – EMATER, Wilma Schussel – PUCPR, Isabel Carrilho – Movimento SOS BICHO, Maria Blasczyk – SEMA, Renato Penteado – LACTEC, Roberto Gava – FEPAM, Rafael Gava - FIEP, Ivo Sergio Pereira – BRINQUE E LIMPE, Celso Lucio - URBS.

A Secretária Executiva, Rosana Maria Bara Castella, se apresentou e relatou sobre o Plano de Controle de Poluição Veicular elaborado entre 2010/2011, contextualizou da importância de sua atualização e implantação, considerando que Primeiro Inventário Estadual de Emissões apontou o setor de transportes como um dos principais emissores no estado do Paraná. Também, convidou todos a participar do seminário de apresentação dos resultados do Primeiro Inventário Estadual de Emissões, as inscrições podem ser realizadas no site da SEMA.

A Sra. Dirlene comentou que o PCPV já deveria ter sido implantado. Relatou os



problemas do PCPV (como ser implantado, onde, custos, etc) e solicitou a formação de grupo de trabalho com objetivo de revisar todo programa a fim de viabilizar a sua implantação.

O sr. Wilson concordou com a formação de um grupo de trabalho e ofereceu a estrutura da FIEP para abrigar as reuniões a fim de facilitar o apoio técnico da área econômica da federação, ressaltou também, que há necessidade de inspeção veicular completa e não apenas inspeção ambiental e a participação do Ministério Público no grupo de trabalho é de extrema importância, com objetivo de alcançar o consenso sobre os custos de implementação do Plano.

O Sr. Wilson Bill informou que há entidades de inspeção já instaladas e outras com interesse em se estabelecer no estado, sendo importante a participação destes nas discussões do novo texto. Sugeriu que o PCPV fosse implantado primeiro em Curitiba e Região Metropolitana e posteriormente no restante do Paraná.”

Guilherme Esquivel da SMMA ressaltou que o licenciamento de veículos é estadual, ele não poderia ser implantado em apenas Curitiba e Região Metropolitana.

O Sr. Wilson Bill sugeriu que o grupo de trabalho se reunisse na FIEP quinzenalmente e que a Câmara Temática se reunisse mensalmente no auditório da Sema para que fosse apresentado o andamento do PCPV. Ficou estipulado então que a reunião do grupo de trabalho aconteceria na FIEP no dia 17 de novembro.

Dirlene começou a coleta de nomes para o grupo de trabalho.

Rosana Castella sugeriu que a reunião da Câmara Temática fosse realizada no dia 01 de dezembro com a presença do Sr. Zamboni, falando do Instituto de Energia e Meio Ambiente que apresentará metodologia para territorializar as emissões e aproximar dos dados da rede de monitoramento da qualidade do ar junto com os Agentes Climáticos de Vida Curta os SLCP (a confirmar). A Dirlene



faria apresentação dos dados do grupo de trabalho. A data foi acordada por todos os presentes.

Rosana Castella perguntou sobre a possibilidade da sr^a Dirlene e o Sr. Wilson serem os coordenadores do grupo de trabalho e, assim ficou aprovado.

Renato Colowacki do SMMA ressaltou a importância do Ministério Público e perguntou sobre o funcionamento do PCPV em São Paulo.

O Sr. Wilson Bill esclareceu que em São Paulo o governo arcava com os custos. Considerou que no Paraná, isso seria inviável.

Renato Penteado da LACTEC comentou que a implantação do PCPV esbarrou anteriormente em questões políticas e questionou se há interesse político nesse tema, caso contrário o trabalho que está sendo realizado corre o risco de novamente ser em vão.

Rosana Castella disse que acredita que exista interesse político e, como se inicia um novo mandato, é o momento certo para início das discussões sobre o tema. Esclareceu que o Ministério Público faz parte do Fórum e seus representantes estão sendo convidados regularmente. Prometeu insistir no convite por contato telefônico para a próxima reunião, a fim de reforçar o comprometimento do MP.

Rosana Scaramella questionou sobre o comitê intersecretarial e perguntou se não era importante a participação de representantes. Pediu também para diferenciar o papel do fórum e do comitê.

Rosana Castella disse que o fórum é instituído por lei e regulamentado por decreto e além das diversas secretarias participam também instituições de classe, sociedade civil e empresas, o comitê é só governamental e os representantes são praticamente os mesmos.

Maria Blasczyk esclareceu que o comitê ainda não entrou em funcionamento, e foi instituído por decreto, esclarecendo que apenas secretarias de Estado e a Casa Civil o integram.



Celso Lucio falou sobre alguns dos projetos em realização na URBS com o tema de controle de emissões como a instalação de ônibus 100% elétricos. Falou sobre os custos elevados de ônibus com energias alternativas e disse que isso se deve ao fato de ainda alto custo dessas tecnologias.

Ivo Sergio pediu um texto para adicionar ao plano diretor de Curitiba. Esse texto deveria conter diretrizes e objetivos do PCPV.

Feitosa falou que o plano não inclui a parte do maquinário agrícola e disse que não tinha conhecimento do impacto que elas causavam nas emissões.

O Sr. Wilson sugeriu que este tema fosse implantado no plano ABC.

O Sr. Rafael Gava disse que os novos maquinários agrícolas já estão sendo fabricados com controle de emissão e que se esse tema fosse implantado no PCPV iria deslocar o tema foco do plano.

Feitosa ressaltou que deve ser levado em conta que essas máquinas não operam diariamente, não podem circular em rodovias pavimentadas e, se fosse implantado no PCPV aumentaria ainda mais os custos para o pequeno produtor rural.

O Sr. Celso Lucio se dispôs a apresentar dados da URBS para o grupo de trabalho que irão repassar as informações para a câmara Temática.

Rosana Castella, Secretária Executiva do Fórum Paranaense de Mudanças Climáticas Globais, tendo vencido a pauta, deu por encerrada a reunião.